

Lentidão da Justiça ameaça ilha

O PARQUE DA ILHA DO CARDOSO ESTÁ SENDO INVADIDO POR ESPECULADORES. E O ESTADO QUER A POSSE DA ÁREA.

BIANA JOHN

Uma confusão jurídica coloca em risco a proteção da ilha do Cardoso, um dos mais importantes remanescentes da Mata Atlântica no litoral Sul de São Paulo. E a demora do governo em tomar providências favorece a ação de especuladores que, com sua tradicional política de fato consumado, vão ocupando ilegalmente a terra.

A ilha do Cardoso é parque estadual desde 1962, por decreto do então governador Carvalho Pinto. Na época, a ilha já abrigava uma comunidade de pescadores e algumas casas de veraneio. Todos os que pensavam ter direito à posse de terras no local tiveram de se apresentar à Justiça Estadual, após uma ação discriminatória, convocada pelo Estado em 1969.

As ações discriminatórias são comuns na regularização de terras devolutas, independente da existência ou não de parques.

Mas no Cardoso, a ação gerou uma dúvida quanto ao domínio da ilha.

Estado e União DISPUTA NA JUSTIÇA

O Estado de São Paulo considerava suas terras devolutas de propriedade estadual, por "tradição histórica conforme registros paroquiais da colonização portuguesa e porque a ilha é muito próxima do continente, sendo considerada um prolongamento deste", segundo consta dos documentos enviados à União. Do outro lado da disputa, a Marinha entendia que, por ser ilha, se tratavam de terras devolutas da União. A dúvida gerou novas ações discriminatórias e o vai-e-vem de argumentos se arrastou por trinta anos, até setembro do ano passado, quando o Supremo Tribu-

nal Federal (STF) deu razão à Marinha, considerando a ilha do Cardoso um bem da União.

"A decisão do STF invalida todos os títulos de posse estaduais concedidos aos atuais ocupantes da ilha e cria dúvidas quanto à sua proteção, dando margem à hesitação dos nossos órgãos públicos, incluindo o Ministério Público", lamenta o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Edis Milare.

A dúvida favorece os especuladores que agem rapidamente, para invadir, desmatar, plantar cercas vivas, construir casas e benfeitorias que possam "comprovar" a "antiguidade" de suas áreas. Em maio último, o padre Jan van der Heijden, pároco de Cananéia, denunciou a invasão de cinco novas áreas, desde a decisão do STF. Os invasores são turistas que estão fazendo ali suas casas de veraneio, algumas em terrenos de 30 mil metros quadrados e mais de 400 metros

quadrados de área construída.

Segundo o deputado federal Fábio Feldman, cerca de 40% das casas existentes nos nove núcleos populacionais da ilha hoje já "pertencem" a turistas. As ocupações recentes, "maquiadas" por plantações e casas construídas às pressas, podem ter sua "antiguidade" facilmente contestada com o uso de imagens feitas por satélite.

Prova da invasão FOTOS FEITAS POR SATÉLITES

Segundo o pesquisador Evaristo Eduardo de Miranda, do Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA), "as imagens de satélite podem mostrar toda a cronologia de ocupação da ilha dos últimos anos, de forma inequívoca". O NMA já fez laudos técnicos semelhantes, em outras partes do País, e possui em seu

arquivos diversas imagens da ilha do Cardoso. Esse tipo de parecer técnico pode apoiar também ações criminais por desmatamento, caso haja alteração da vegetação nativa. "Demonstrar que a área foi ocupada recentemente não é difícil, o problema seria recuperar as áreas desmatadas, considerando a fragilidade dos ecossistemas naturais da ilha e sua lenta capacidade de recuperação", explica Miranda.

Para conter a invasão de novas áreas, o deputado Fábio Feldman notificou todas as autoridades federais e estaduais competentes para decidir o destino da ilha, pedindo a demolição das construções e providências para assegurar a proteção ambiental. Para ele, "a melhor solução, porque definitiva, seria a criação do Parque Nacional da Ilha do Cardoso". Essa foi uma das alternativas de proteção sugeridas pelo governador

paulista Luiz Antonio Fleury Filho, em ofício encaminhado ao presidente Itamar Franco.

Pedido de Fleury E PROPOSTAS CONCRETAS

Outra proposta, também apontada no ofício, seria a União ceder seus direitos sobre a ilha para o Estado. Em ambos os casos, o governo estadual se comprometeria a administrar a ilha. "Já vinhamos estudando ações prioritárias para regularizar a situação do parque desde o julgamento do STF e temos um fundo especial de CR\$ 10,3 milhões para investir nas medidas mais urgentes", afirma Milare. Ele tem em mãos um relatório com propostas concretas para proteção da ilha e promete tomar providências assim que a União responder ao ofício do governador.

DIA-A-DIA

TIETÊ

O governador Luiz Antônio Fleury Filho assina hoje, no Palácio dos Bandeirantes, os primeiros contratos de um conjunto de 50 obras do Programa de Despoluição do Rio Tietê. A primeira etapa do projeto, que começa a ser executada no próximo dia 17, vai custar US\$ 900 milhões. De acordo com Fleury, serão abertas 300 frentes de trabalho e criados cerca de 80 mil novos empregos. A previsão do governador é que até o final do seu governo, em dezembro do ano que vem, 50% da despoluição já esteja concluída.

O Conselho Universitário da USP se reúne hoje à tarde, na primeira reunião após a renúncia do reitor Roberto Leal Lobo, para definir novas regras.

A Ordem dos Velhos Jornalistas do Estado de São Paulo — OVJ — comemorará, no dia 30 de agosto, seu 25º aniversário com um almoço, às 12 horas, no Terraço Itália.

Ecossistemas frágeis, de lenta recuperação.

A ilha do Cardoso tem 22.500 hectares e fica junto a Cananéia, no litoral Sul paulista. Abriga dunas, mangues, matas de restinga, floresta atlântica e afloramentos de pedra com vegetação de rocha. "É um dos conjuntos de habitats mais preciosos do nosso litoral, não só porque escapou ao desmatamento — permanecendo quase inalterado desde o descobrimento — como também pela ausência da poluição, que já alterou os ecossistemas do litoral Norte, de Cubatão à Serra de Paranapiacaba", explica a botânica Nanuza Menezes, da Universidade de São Paulo. Segundo diversos levantamentos realizados, na ilha existem 986 espécies vegetais e 365 espécies de aves, das quais 28 consideradas raras ou ameaçadas de extinção, como o papagaio chafé.

A ocupação humana é muito antiga, mas sempre foi discreta, sem grandes interferências na vegetação, exceto por algumas roças pequenas, na faixa litorânea. Atualmente existem 9 núcleos habitacionais, com 350 moradores permanentes. Há sinais de ocupação indígena anti-



Parque da Ilha do Cardoso: abandono.

ga e existem registros de cultivo de terras por volta de 1530. Naquela época e durante uns dez anos, os portugueses pensavam em desenvolver a agricultura canavieira na área e em outras ilhas. Mas a região é muito úmida para a colheita de cana e eles desistiram.

Na ilha do Cardoso, a cicatrização dos antigos talhões de cana foi extremamente lenta e ainda hoje, mais de 400 anos depois, há sinais das antigas áreas na mata secundária, segundo estudos ainda em curso no Núcleo de Monitoramento Ambiental (NMA). Os talhões abandonados deram lugar a espécies florestais colonizadoras, como as quaresmeiras. Estas deveriam dar lugar às chamadas espécies climax, para completar o ciclo natural de regeneração. Porém os solos da ilha são pobres e muito lavados pelo alto índice de chuvas (cerca de 2.500mm anuais) e as espécies climax ainda não cresceram totalmente. Resultado: a concentração de quaresmeiras continua alta e torna a geometria dos antigos talhões de cana perfeitamente visível, sobretudo em janeiro e fevereiro, quando florescem as quaresmeiras. Isso mostra a fragilidade dos ecossistemas da ilha e a demora de sua recuperação, reforçando a necessidade de proteção ambiental.

DEVASTAÇÃO

GOVERNO APREENDE MOGNO Extração irregular

O ministro do Meio Ambiente, Fernando Coutinho Jorge, anunciou ontem a apreensão de 5,4 mil toras de mogno, no município de São Félix do Xingu, extraídas irregularmente e que, depois de beneficiadas, seriam levadas para o exterior onde seriam vendidas por US\$ 120 milhões (CR\$ 9 bilhões). As duas madeireiras — Ferreira Madeiras e Desmatamento Ltda., com sede em Redenção, e a Comercial Importadora e Exportadora Panassollo Ltda. (Coimpas), de Belém —, foram multadas em CR\$ 58 milhões e CR\$ 6,5 milhões pelo Ibama.

Ao anunciar a apreensão, o ministro também acusou os índios Caiapó, das aldeias Pukanum e Kubenkrok, de serem coniventes com madeireiros. O governo deve publicar hoje, no Diário Oficial da União, portaria estabelecendo um programa conjunto de ação com os ministérios da Justiça, Meio Ambiente e das Minas e Energia. O objetivo é fiscalizar e controlar o meio ambiente e os recursos naturais em terras indígenas.